

# ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA FORTALECIMENTO DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

## ACCESSIBILITY AND INCLUSION AT AN INLAND UNIVERSITY CENTER: ACCESSIBILITY AND INCLUSION TO STRENGTHEN THE EXPANSION AND INTERIORIZATION OF A FEDERAL UNIVERSITY

Uliana Pontes Vieira<sup>1</sup>  
Rosângela Ribeiro Magnani Diogo<sup>2</sup>  
Inês Leoneza de Souza<sup>3</sup>  
Jane de Carlos Santana Capelli<sup>4</sup>  
Fernando Silva de Almeida<sup>5</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Apresenta um estudo acerca da pessoa com deficiência, no Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé (CM UFRJ-Macaé), realizado pela Comissão Permanente Acessível e Inclusiva (CPAI), deste Centro, que tem como objetivo identificar, registrar, compreender, e encaminhar as demandas às instâncias superiores. Deste modo, o estudo é desenvolvido à luz da Lei nº 13.146/2015, que prevê o acesso e inclusão à pessoa com deficiência, considerando os diversos aspectos neste processo. **Métodos:** Realizou-se um estudo qualitativo, documental, norteado a partir de duas questões, a saber: Quais são as principais barreiras existentes no campo da pessoa com deficiência no CM UFRJ-Macaé? e Qual a contribuição à comunidade acadêmica, do “Vocabulário e Atitudes Inclusivas: guia rápido dos principais termos e expressões adequadas no campo da deficiência”? Considerou-se a escolha dos documentos, o acesso e a análise. A CPAI dispôs de um acervo composto por atas, memórias e produções científicas, a fim de possibilitar o desenvolvimento do referido estudo. **Resultados:** Foram detectadas barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes e barreiras na comunicação e na informação. Os resultados mostram-se satisfatórios e relevantes no processo de aproximação da comunidade acadêmica ao processo de acessibilidade e inclusão no CM UFRJ-Macaé, a partir da divulgação do vocabulário, que se encontra disponível no site institucional do CM UFRJ-Macaé. **Conclusão:** Embora as barreiras sejam constatadas no CM UFRJ-Macaé, acredita-se que a CPAI tem realizado os encaminhamentos necessários e fundamentais, visando a garantia dos direitos humanos e sobretudo, a permanência e inclusão desse grupo ao ensino superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade; Ensino Superior; Inclusão; Pessoa com deficiência.

### ABSTRACT

**Introduction:** This is a study of people with disabilities at the UFRJ-Macaé Multidisciplinary Center (CM UFRJ-Macaé), carried out by the Center's Permanent Accessible and Inclusive Commission (CPAI), which aims to identify, record, understand and forward demands to higher authorities. In this way, the study is developed in the light of Law No. 13.146/2015, which provides for access and inclusion for people with disabilities, considering the various aspects of this process. **Methods:** A qualitative, documentary study was carried out, based on two questions: What are the main barriers in the field of people with disabilities at CM UFRJ-Macaé? and What is the contribution to the academic community of the "Vocabulary and Inclusive Attitudes: a quick guide to the main

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta 3 de Saúde Coletiva do curso de Medicina do Instituto de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Doutora em Educação, Difusão e Gestão em Biociências pelo Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis (UFRJ)

<sup>2</sup> Bibliotecária Documentalista do Centro Multidisciplinar UFRJ Macaé. Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> Professora Associada I do Campus UFRJ/ Macaé. Doutorado em Enfermagem EEAN/ UFRJ.

<sup>4</sup> Professora Associada IV do Curso de Nutrição/Instituto de Alimentação e Nutrição/Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé (CM UFRJ-Macaé). Doutora em Ciências, na área de Epidemiologia das Doenças Crônicas, pelo Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz/

<sup>5</sup> Bibliotecário Documentalista pela UFPA. Mestrado em História e Estudos Culturais pela UNIR.

terms and appropriate expressions in the field of disability"? The choice of documents, access and analysis were considered. The CPAI had a collection made up of ATAs, memoirs and scientific productions to enable the study to be carried out. Results: Architectural barriers, transportation barriers and communication and information barriers were detected. The results are satisfactory and relevant to the process of bringing the academic community closer to the process of accessibility and inclusion at CM UFRJ-Macaé, based on the dissemination of the vocabulary, which is available on CM UFRJ-Macaé's institutional website. Conclusion: Although there are barriers at CM UFRJ-Macaé, it is believed that CPAI has taken the necessary and fundamental steps to guarantee human rights and, above all, the permanence and inclusion of this group in higher education.

**KEYWORDS:** Accessibility; University education; Inclusion; Person with disability.

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015, descreve a acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Nessa direção, abarca-se o termo barreiras, que na referida lei pode ser entendida como sendo qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (BRASIL, 2015).

Assim, a eliminação ou minimização das barreiras permitirá que espaços destinados a toda a população, possa promover a inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência (DIAS *et al.*, 2009).

No espaço universitário, a elaboração de normas, projetos de pesquisa e de extensão e de materiais educativos voltados tanto à pessoa com deficiência como a todo o corpo social, viabiliza o novo olhar sobre essa temática com consequente mobilização de indivíduos sensibilizados a incentivar a mudança necessária de atitudes da comunidade acadêmica no cotidiano de suas atividades (MATTOSO *et al.*, 2021).

Desta maneira, pode-se dizer que o despontar da educação inclusiva no ensino superior "(...) tem provocado um complexo e paradoxal movimento de ideias e debates acerca dos discursos, das práticas e processos sobre a educação (...)" (DIAS *et al.*, 2009, p. 10) no âmbito

da pessoa com deficiência, permitindo a visibilidade, debate e discussões em diferentes áreas como, social, mídias, dentre outros (DIAS *et al.*, 2009).

Cabe destacar que a inclusão das pessoas com deficiências no ensino superior teve o seu debate iniciado e fortalecido na década de 1990, a partir de políticas públicas voltadas ao ingresso, permanência versus evasão, e conclusão do curso. Todavia, os direitos dessa população, obtidos por meio das leis estabelecidas na esfera governamental, e sua inclusão na universidade ainda encontram barreiras e resistência (DINIZ; SILVA 2021; CASTRO, 2011; COUTINHO, 2011).

É nesse cenário que atua a Comissão Permanente UFRJ-Macaé Acessível e Inclusiva (CPAI). A CPAI é uma instância consultiva, vinculada a Decania do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé (CM UFRJ-Macaé). Ela foi instituída através da Portaria nº 9.348/2017 (UFRJ, 2017), com objetivo principal de acolher estudantes com deficiência dos cursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em seu então *campus* Macaé, ingressantes pela Lei no 13.409/2016, conhecida como Lei de Cotas, uma modalidade emergencial das Políticas de Ação Afirmativa visando diminuir os hiatos no campo da educação inclusiva (CAPELLI *et al.*, 2021).

A CPAI atua também, conforme seu Regimento (UFRJ, 2022), no acolhimento de servidores PcD vinculados ao Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Mesmo com a pandemia da COVID-19 se manteve atuante, principalmente no atendimento ao estudante com deficiência, bem como na identificação de barreiras e na elaboração de propostas no campo da acessibilidade e inclusão como, por exemplo, a criação de um vocabulário de termos e atitudes inclusivas (UFRJ, 2022).

O estudo visa apresentar as barreiras identificadas em um centro universitário pela Comissão Permanente UFRJ-Macaé Acessível e Inclusiva (CPAI) e o vocabulário sobre termos e atitudes inclusivas voltado ao corpo social da UFRJ, com destaque para o auxílio aos estudantes PcDs à luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo documental de abordagem qualitativa, considerando três etapas: escolha dos documentos, o acesso e análise (LIMA JR. *et al.*, 2021).

Assim, realizou-se um levantamento de documentos escritos referentes a CPAI, a saber: ATAs, memórias, artigos publicados, materiais científicos (capítulos de livros, materiais

educativos e resumos publicados em anais de congresso pela CPAI) para atender duas questões norteadoras:

- a) Quais são as principais barreiras existentes no campo da pessoa com deficiência no CM UFRJ-Macaé?
- b) Como foi o processo de construção do “Vocabulário e Atitudes Inclusivas: guia rápido dos principais termos e expressões adequadas no campo da deficiência”?

Em relação à primeira questão norteadora, as informações foram obtidas a partir do levantamento realizado pelas pesquisadoras do estudo, que foram transcritas para um arquivo em word, compartilhado no *Google docs*, no período entre julho e setembro. Posteriormente, foram analisadas à luz do documento base: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e destacadas as principais barreiras observadas no centro universitário, referentes aos anos 2019 e 2022.

Para atender a segunda questão norteadora, realizou-se um resgate de memórias com os integrantes da CPAI em uma reunião no formato remoto previamente agendada, bem como as trocas de e-mails pelos integrantes, na primeira quinzena de setembro de 2023. Um pesquisador responsável em consolidar as informações obtidas em um arquivo para posterior leitura do grupo.

A análise documental foi adaptada a de Cechinel *et al.* (2016) e Cellard (2008), utilizando-se duas etapas: Análise preliminar e análise propriamente dita. Desta forma, foi realizada a análise preliminar e crítica de cada documento produzido pela CPAI, considerando: contexto, interesses, natureza do texto e conceitos-chave (CECHINEL *et al.*, 2016). Posteriormente, foram elencadas as informações consideradas relevantes que respondessem às questões norteadoras (CELLARD, 2008).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nos espaços do CM UFRJ-Macaé foram identificadas as barreiras: arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação.

As barreiras, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, podem ser classificadas em: barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e informações, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas (BRASIL, 2015).

### 3.1 BARREIRAS ARQUITETÔNICAS

São aquelas existentes nos edifícios públicos e privados (BRASIL, 2015). Neste estudo, foram identificadas as seguintes barreiras:

- a) As rampas de acesso aos andares dos blocos são íngremes, não há banheiros adaptados, o que dificulta a locomoção das pessoas em cadeiras de rodas;
- b) Não há sinalizadores no chão ou placas em braile para pessoas com deficiência visual.

Os resultados desse estudo coadunam com aqueles encontrados por Diniz e Silva (2021), Almeida e Ferreira (2018), Castro e Almeida (2014) e Rocha e Miranda (2009), que detectaram barreiras arquitetônicas em relação ao deslocamento interno, o grande número de escadarias e a ausência de rampas com inclinação adequada, as calçadas com pisos inadequados e a carência de banheiros adaptados e de elevadores.

### 3.2 BARREIRAS NOS TRANSPORTES

São aquelas existentes nos sistemas e meios de transportes (Brasil, 2015), detectando-se a seguinte barreira.

- a) Os ônibus de atendimento interno não são acessíveis aos usuários de cadeiras de rodas.

O estudo de Rocha e Miranda (2009), apontou a falta do serviço de transporte adequado para os estudantes usuários de cadeira de rodas, que não tinham carro próprio e dependiam do transporte dentro do campus universitário, impedindo o deslocamento às unidades em que tinham aulas.

### 3.3 BARREIRAS NAS COMUNICAÇÕES E NA INFORMAÇÃO

Considera-se qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (BRASIL, 2015).

Neste estudo, detectaram-se as seguintes barreiras:

- a) Nem sempre há tradutores e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) disponíveis nos eventos realizados no CM UFRJ-Macaé;
- b) Não há livros em braile ou em Libras.

Os estudos Castro e Almeida (2014) e Calheiros e Fumes (2016) revelaram que a falta de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa (TILSPs) é um fator que dificulta a permanência do estudante surdo sinalizante, levando ao pouco acesso a comunicação e informação.

A Libras é a língua oficial da comunidade surda, reconhecida na Lei no 10.436/2002 e foi regulamentada em 22 de dezembro de 2005, por meio do Decreto nº. 5.626/2005, que, em seu capítulo VI, Art. 22, incisos I e II, estabelece uma educação inclusiva para os surdos na modalidade bilíngue na formação básica, tendo a presença TILSP.

Desta forma, a divulgação da língua na comunidade ouvinte é fundamental para a aquisição do vocabulário mínimo da população brasileira, sendo a educação básica o *locus* da introdução do conhecimento da Libras.

Vale destacar ainda que o despreparo preparo de professores da Educação Superior, no âmbito da pessoa com deficiência, no processo de formação ainda é uma lacuna (CAPELLI *et al.*, 2020; CABRAL; MELO, 2017; DRAGO, 2010; COUTINHO, 2011), devido a falta de disciplinas que permitam a aquisição de conhecimentos mínimos para atender demandas específicas dos estudantes com deficiência (DINIZ; SILVA, 2021).

Estudos realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tem evidenciado o aumento da entrada de estudantes com deficiência no ensino superior a partir da Lei no 13.409/2016, conhecida como “Lei de Cotas”, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das

instituições federais de ensino; definido o prazo de 10 anos para que as universidades federais se adequassem a lei (DE CICCIO *et al.*, 2021).

Cabe destacar que a “Lei de Cotas” é uma modalidade emergencial das políticas públicas de ações afirmativas visando diminuir os hiatos no campo da educação inclusiva (HAAS; LINHARES, 2012).

No segundo semestre de 2017, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, disponibilizou vagas para as pessoas com deficiências por meio da “Lei de Cotas”; e, diante do aumento de estudantes com diferentes deficiências, pesquisadores iniciaram estudos sobre a educação da pessoa, visando conhecer o perfil e necessidades para garantir sua permanência, participação e aprendizagem em condições iguais de oportunidades com os demais discentes do ensino superior (DI BLASI *et al.*, 2022).

#### 4 CONSTRUÇÃO DO VOCABULÁRIO

O vocabulário de termos e atitudes inclusivas foi elaborado no mês de julho de 2021 pelos membros da CPAI (docentes, técnicos e discentes do CM UFRJ-Macaé) a partir da constatação da presidente da comissão sobre a necessidade de rever termos considerados desgastados, ofensivos, discriminatórios etc., pelo corpo social do centro universitário. Isso porque, era necessário que a transformação começasse de dentro para fora, sendo mister mobilizar todo o corpo social a rever palavras e atitudes consideradas não inclusivas nos diferentes espaços da universidade.

A primeira versão foi enviada por e-mail pela presidente da CPAI (Gestão 2021-2023) aos membros, que fizeram a leitura e deram contribuições ao material. Um dos membros formatou, fez a diagramação e a arte final do vocabulário no *Canva*.

O material final, aprovado por todos os membros, foi enviado à biblioteca para a elaboração da ficha catalográfica. O vocabulário levou cerca de duas semanas para ser finalizado.

O vocabulário foi intitulado “Vocabulário e Atitudes Inclusivas: guia rápido dos principais termos e expressões adequadas no campo da deficiência”, e apresentou os seguintes tópicos:

- a) Apresentação;
- b) Vocabulário: principais termos e expressões;

- c) Atitudes positivas no campo da deficiência;
- d) Atitudes como...; ???
- e) Bibliografia.

A partir de uma linguagem simples, cada tópico do vocabulário foi desenvolvido na perspectiva de aproximar o corpo social dos termos atuais mais utilizados no campo da pessoa com deficiência e transformar o CM UFRJ-Macaé mais inclusivo.

Na última página, foram descritos os nomes dos membros da CPAI, o e-mail de contato da comissão e seu endereço no Instagram. Assim, ao todo, o vocabulário apresentou 12 páginas e duas ilustrações.

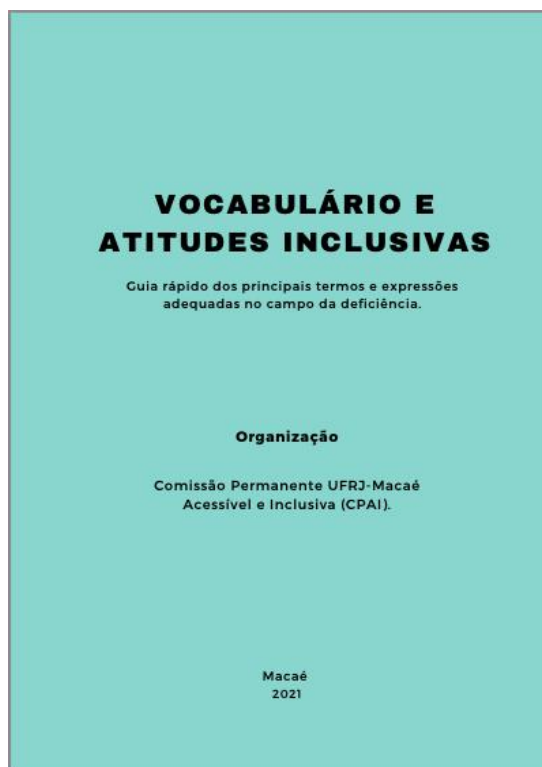
O material final, aprovado por todos os membros, foi enviado à biblioteca para a elaboração da ficha catalográfica. A versão aprovada do vocabulário (Figuras 1 e 2) pelos membros da CPAI foi apresentada em reunião ordinária do Conselho Deliberativo do CM UFRJ-Macaé, divulgado entre os cursos de graduação e, com o apoio da Decania do CM UFRJ-Macaé, foi disponibilizado gratuitamente no site oficial da instituição.

**Figura 1.** Capa do vocabulário da CPAI.



Fonte: UFRJ (2021)

**Figura 2.** Contracapa do vocabulário da CPAI



Fonte: UFRJ (2021)



A criação e disponibilização do Vocabulário ao corpo social da UFRJ foi e continua sendo de grande relevância, uma vez que a CPAI entende que a maioria dos docentes, discentes, corpo técnico, bem como a sociedade brasileira, devido ao pouco convívio ou mesmo ausência de experiência profissional com pessoas com deficiência, podem se equivocar com o uso de expressões e termos inapropriados (UFRJ, 2021), colaborando inadvertidamente para o aumento da discriminação e preconceito desse grupo em nossa comunidade acadêmica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há muitas barreiras que impedem a acessibilidade das pessoas com deficiência no CM UFRJ-Macaé, a CPAI, enquanto instância consultiva, desenvolve atividades de acompanhamento e assessoramento dessas situações, bem como, nos casos específicos relacionados à temática de inclusão. Com baixa resolutividade nos aspectos que envolvem gastos e questões financeiras, entretanto, pode apontar esses aspectos aos gestores do Centro por meio de reuniões, relatórios técnicos, publicações científicas, oficinas e eventos científicos.

A elaboração do vocabulário teve a participação dos membros da comissão, que ocorreu de forma exitosa e em tempo hábil. A sua construção surgiu da necessidade de aproximar o corpo social aos termos atuais mais utilizados no campo da pessoa com deficiência e tornar o CM UFRJ-Macaé mais inclusivo e acessível, com também refletir sobre direitos humanos na garantia para permanência desse grupo na universidade.

Logo, a partir da realização desse estudo, é possível identificar ações voltadas à pessoa com deficiência no CM UFRJ-Macaé com esse objetivo, na perspectiva de assegurar os direitos desse grupo de acordo com a legislação vigente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. G. A.; FERREIRA, E. L. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Psicologia Escolar e Educacional**, 22(esp.), 67-75, 2018. DOI. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/047>

BRASIL. Decreto nº 5.626/2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 01 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso: em 01 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 12.319, de 1o de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm). Acesso em: 01 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Secretaria - Geral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 22 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.409 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Acesso em: 08 Jan 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm).

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L.V. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. **Educar em Revista**, 33(esp. 3), 55-70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41046>

CAPELLI, J. C. S.; DI BLASI, F.; DUTRA, F. B. S. Professors' perception of the entry of a deaf student into a university campus. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.26, n.1, p.67-88, 2020.

CAPELLI, J. C. S.; SOUZA, I. L.; VIEIRA, U. P.; ALVAREZ, A. B.; PAIVA, R. S. The inclusion of person with disability in higher education: trajectory of implantation of UFRJ-MACAÉ permanent commission accessible and inclusive. **Saúde em Redes**. 2021; 7(supl.2). DOI: 10.18310/2446-48132021v7n2.3290g714

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras** [Tese de Doutorado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar], 2011. Repositório Institucional da UFSCar.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 20(2), 179-194, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>

CECHINEL, A. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. Criar Educação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC**. Criciúma, SC, v. 5, n.1, p.1-7, jan./Jun., 2016.

COUTINHO, M. M. A. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na Educação Superior e a construção de suas identidades** [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB], 2011.

DE CICCIO, N.; CAPELLI, J. C. S.; BARRAL, J.; PASSINATO, C.; RUMJANEK, V. M. O ensino superior na perspectiva do surdo e da pessoa com deficiência auditiva. *In: Mattoso VA et al. [orgs.]. Contribuições para uma UFRJ mais acessível e mais inclusiva [livro eletrônico]: atenção às atitudes e à comunicação*. 1. ed., Rio de Janeiro, RJ: Ed. dos Autores, 2021.

DIAS, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DINIZ, E. P. S.; SILVA, A. M. Perspectivas de Estudantes com Deficiências Sobre Facilitadores e Barreiras nas Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul. **Rev bras educ espec [Internet]**. 2021;27:e0092. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0092>.

DI BLASI, F.; CAPELLI, J. C. S.; DUTRA, F. B. S.; RUMJANEK, V. M. B. D. Audible deafness: teaching narratives about the admission of a student at the Federal University of Rio de Janeiro. **Educação**, Santa Maria, v. 47, p. 1-23. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644464119>

DRAGO, R. A inclusão chega ao ensino superior: concepções inclusivistas de um grupo de profissionais de uma faculdade privada da Grande Vitória. In S. L. Victor, R. Drago, & J. F. Chicon (Eds.), **A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios** (1ª ed., pp. 273-302). Edufes, 2010.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, 2012.

LIMA Jr., E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.36-51, 2021.

MATTOSO, V. A.; COELHO, L. R.; RUMJANEK, V. M.; AZEDIAS, R. L. L. G. [orgs.]. **Contribuições para uma UFRJ mais acessível e mais inclusiva [livro eletrônico]: atenção às atitudes e à comunicação**. 1. ed., Rio de Janeiro, RJ: Ed. dos Autores, 2021.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: Dias F, Bordas M, Galvão N, Miranda T (Orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Campus Macaé Prof. Aloísio Teixeira. Comissão Permanente Acessível e Inclusiva (CPAI). **Vocabulário e Atitudes Inclusivas: guia rápido dos principais termos e expressões adequadas no campo da deficiência – Macaé**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé Professor Aloísio Teixeira, 2021.

\_\_\_\_\_. Conselho Deliberativo Provisório do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Resolução nº 103/2022, de 15 de agosto de 2022. Aprova o Regimento da Comissão Permanente UFRJ-Macaé Acessível e Inclusiva (CPAI), do Centro Multidisciplinar UFRJ- Macaé. **Boletim**, n. 33, 18 de agosto de 2022, p. 38-39. Disponível em: <https://portal.macaee.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/08/Regimento-CPAI.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Conselho Deliberativo do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Portaria nº 3.332, de 11 de abril de 2018. **Boletim**, n. 16, 19 de abril de 2018, p. 7. Comissão Permanente UFRJ-Macaé Acessível e Inclusiva (CPAI). Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/images/bufrj/2018/16-2018.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Conselho Deliberativo do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Portaria nº 9.348, de 19 de outubro de 2017. **Boletim**, n. 43, 26 de outubro de 2017, p. 4-5. Comissão provisória UFRJ-Macaé Acessível e Inclusiva (CPAI). Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/images/bufrj/2017/43-2017.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.